
As relações entre a conjuntura política no Brasil e a cobertura ambiental da imprensa¹

Filipe Navarro Brasil²

Leonel Azevedo de Aguiar³

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

Este trabalho está inserido no campo do jornalismo ambiental e tem como problema de pesquisa descobrir: "Qual a influência do contexto político do país sobre a cobertura ambiental?". Para isso, o estudo analisa a produção do Jornal O Globo durante os três meses mais críticos das queimadas no Pantanal em 2020, examinando a relação entre os moldes da cobertura e a postura do governo, a mobilização da sociedade e as pressões internacionais em torno do tema. A pesquisa faz uma análise quantitativa de reportagens e fontes e mostra como o negacionismo do governo Bolsonaro provocou um engajamento político do veículo, alavancando a aparição do tema no noticiário.

PALAVRAS-CHAVE

Jornalismo Ambiental; Meio Ambiente; Queimadas; Pantanal; Política.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema de investigação mais amplo o campo do jornalismo ambiental, com foco na cobertura realizada pela imprensa brasileira. O objeto empírico selecionado para servir à discussão teórica de fundo é a cobertura empreendida pelo Jornal O Globo nos meses mais críticos das queimadas no Pantanal em 2020 - agosto, setembro e outubro.

Ao analisar essa produção jornalística, a pesquisa busca esclarecer como se dá a relação entre este tipo de cobertura e a conjuntura política do país. Assim, o problema de pesquisa poderia ser resumido em: "De que forma o contexto político nacional influencia a cobertura jornalística da temática ambiental?"

Esse questionamento se originou, principalmente, a partir da leitura do estudo de Girardi, Loose e Steigleder (2020) sobre a cobertura ambiental do Jornal Nacional nos primeiros 6 meses do governo de Jair Bolsonaro (janeiro a junho de 2019). A pesquisa

¹ Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo, XXIV Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio. Email: filipe77brasil@hotmail.com

³ Orientador da pesquisa, Doutor e Mestre em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC-Rio e líder do Grupo de Pesquisa Teorias do Jornalismo e Experiências Profissionais (CNPq/PUC-Rio). Email: laaguiar@uol.com.br

aponta uma associação entre mudanças no tratamento da pauta ambiental por parte da imprensa e as decisões e posicionamentos políticos do presidente.

Nesse caminho, a análise da cobertura é conduzida no sentido de avaliar as três hipóteses a seguir. O cenário político pode orientar a cobertura ambiental pela: 1) dinâmica de acordos e interações entre instituições, nacionais e internacionais; 2) proporção da mobilização desempenhada pela sociedade civil; 3) postura e atuação do governo frente aos problemas ambientais. A fundamentação teórica que apoiou a construção dessas hipóteses será descrita na seção específica para este tópico.

O recorte empírico selecionado para análise está baseado nos números emblemáticos do período. Setembro e outubro daquele ano foram os meses com maior número de focos ativos no bioma na comparação com os mesmos meses de outros anos, desde 1998, início da série histórica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe). Já agosto ficou em segundo lugar nessa mesma comparação. No acumulado, o ano de 2020 foi o pior da história do bioma em termos de queimadas. Foram 22.116 focos de incêndio em 12 meses.

METODOLOGIA

A escolha das ferramentas metodológicas a serem usadas nessa exploração foram baseadas no próprio perfil do objeto analisado. Dessa forma, o processo descrito a seguir está pautado nas técnicas sugeridas na Análise de Conteúdo de Bardin (2011), para categorização e extração dos elementos mais relevantes de uma fonte de informação.

Nesse contexto, além de localizar o ano, o mês, o dia, e a página em que estão, cada reportagem foi classificada a partir da categoria de conteúdo em que se enquadra (Reportagem/Manchete/Foto com Legenda/Chamada na Home), de tamanho (Grande/Médio/Pequeno) e posição no jornal (Topo/Meio/Pé), além da editoria em que aparece (Sociedade/Economia/Mundo).

Para extrair o conteúdo de cada produção, foram colhidos o título, a linha fina - se houver -, os principais assuntos contidos no texto, resumidos em conceitos-chave, e ainda as fontes de informação utilizadas, na ordem em que aparecem. As fontes, por sua vez, receberam duas classificações: 1) a partir do posicionamento convergente, divergente ou neutro em relação às ações do governo Bolsonaro frente às queimadas ou

outros temas relacionados (A favor/Neutra/Crítica); 2) a respeito do tipo de fonte (Especializada/Popular/Institucional/Empresarial/Oficial).

Essa última classificação baseia-se em algumas das categorias elaboradas por Schmitz (2011). Em sua matriz de classificação das fontes de notícias, o autor sugere diferentes "grupos" em que cada fonte pode se encaixar: Oficial, Empresarial, Institucional, Popular, Notável, Testemunhal, Especializada e Referencial. Tendo em vista o teor das reportagens, optou-se por descartar as categorias Notável, Testemunhal e Referencial.

Além dessas especificações, foram marcadas as matérias que possuem críticas ao governo no corpo do texto, ou no título, isto é, no espaço destinado à informação - fora das opiniões de eventuais fontes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A revisão bibliográfica a seguir serve para fundamentar as três hipóteses já explicitadas, de que tanto as organizações nacionais e internacionais, quanto a sociedade civil e o governo vigente influenciam diretamente o grau de visibilidade do tema ambiental e a forma como ele é tratado pela imprensa.

Conforme Schmidt (2005), o meio ambiente é um tema que alcançou espaço no interesse público na medida em que a mídia, a partir das últimas décadas do século XX, passou a dar mais visibilidade para o assunto.

Para Barros e Sousa (2008), o aumento do número de estudos sobre o tema é característico da década de 1990, impulsionados pela cobertura jornalística da Rio 92. Os autores consideram que, a partir desse marco, o assunto passa a receber maior atenção de pesquisadores, assim como nos momentos em que a pauta ambiental ganha grande repercussão midiática, como na assinatura do Protocolo de Kyoto (1997) e na divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (2003 a 2007).

Além disso, Barros e Sousa (2008) afirmam que o aumento da força do ambientalismo no Brasil não ocorreu vinculado apenas ao contexto e às pressões internacionais, mas também a um “amplo processo de transformações da complexa realidade nacional da época, abrangendo tanto a esfera política como a econômica e a social” (BARROS, SOUSA, p. 5).

Já no que diz respeito à influência da postura do governo sobre a repercussão da temática ambiental, a contribuição de Girardi, Loose e Steigleder (2020) é fundamental. O estudo descreve medidas e posicionamentos do presidente Bolsonaro que tiveram impacto na situação ambiental do país e provocaram mudanças na cobertura da imprensa sobre o assunto.

De acordo com elas, desde a campanha, o governante promete “flexibilizar mecanismos de fiscalização e proteção, visando o crescimento econômico a partir da exploração de recursos naturais” (GIRARDI, LOOSE, STEIGLEDER, 2020, p. 50).

Nesse contexto, é de grande valia a visão de Bueno (2007), que realiza uma série de críticas à forma como o jornalismo aborda o tema ambiental. Ao ressaltar o compromisso do jornalismo com o interesse público, a democratização do conhecimento e a ampliação do debate, o autor afirma que, para alcançar tais fins, o jornalismo ambiental precisa propor-se política, social e culturalmente engajado. E é justamente esse movimento de enfrentamento ao governo e engajamento político atrelado à defesa do meio ambiente que esta pesquisa foi capaz de captar na cobertura do Jornal O Globo.

RESULTADOS

Em três meses de cobertura, em 91 edições, os temas apareceram 71 vezes, ou seja, em média, em 78% da cobertura. Em 4 aparições, o assunto foi publicado como manchete da edição. No total, 21 registros (29,5%) foram na capa do jornal e 15 (21,1%) foram publicados como manchete da editoria em que aparecem.

Os resultados descritos a seguir compõem parte das descobertas da pesquisa e demonstram como cada uma das hipóteses levantadas encontrou fundamento na realidade.

O exame das reportagens demonstrou que foi no âmbito internacional onde o governo se viu mais pressionado a dar declarações sobre a destruição ambiental no país. Um indício dessa situação é o fato de que, apesar de serem apenas três os fragmentos retirados da editoria Mundo, outros 20 - cerca de 28,1% do total de 71 reportagens - envolveram pressões internacionais, de ONGs, órgãos intergovernamentais e representantes de outros países.

Nesse plano de debate, a cobertura do GLOBO apresenta diversos momentos em que, principalmente, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, se veem confrontados, e na maior parte das vezes, se pronunciam de maneira a negar a extensão e a gravidade da devastação.

Por outro lado, uma análise mês a mês demonstrou que setembro teve o maior número de reportagens sobre o tema. Foram 37 em 30 dias. Contra 16 em agosto e 18 em outubro. Tendo em vista que a situação das queimadas já se estendia com gravidade por dois meses, setembro é marcado por movimentos da sociedade civil e do empresariado no sentido de alertar para o problema e sugerir medidas ao governo. Entre eles, uma aliança inédita, entre 230 representantes do agronegócio e de ONGs, que enviou uma carta à presidência destacando a importância da preservação ambiental e propondo seis medidas para conter a destruição dos biomas.

Já no que diz respeito ao posicionamento da cobertura diante do governo, a análise expôs que, das 165 fontes catalogadas, 86 foram neutras (52,1%), 50 foram críticas (30,3%) e 29 estavam a favor do governo (17,6%). Apesar da crítica de Bueno (2007) à tentativa de despolitização do debate ambiental, há de se destacar o elevado número de fontes com declarações avessas à conduta presidencial. Além disso, a análise mostra que 30 das 71 matérias examinadas possuem críticas à administração federal no corpo do texto, ou no próprio título, o que demonstra o movimento do GLOBO de se utilizar da sua credibilidade para expressar repúdio às ações - ou omissões - do presidente.

CONCLUSÃO

Esta pesquisa deu seguimento às questões levantadas no estudo Girardi, Loose e Steigleder (2020), conferindo uma análise robusta de como a conjuntura política nacional pode pautar e intensificar a cobertura ambiental realizada pela imprensa no Brasil.

O estudo também foi capaz de ampliar o escopo de análise, para além da postura do governo, captando a influência da mobilização da sociedade civil e das organizações internacionais sobre o que é notícia na cobertura de meio ambiente.

A partir da contribuição de Bueno (2007), no que diz respeito à necessidade de engajamento político desse tipo de cobertura, foi possível identificar traços claros do

movimento do Jornal O Globo no sentido de confrontar a narrativa oficial do governo em prol da proteção do meio ambiente. Essas descobertas abrem ainda mais questionamentos, que podem ser explorados por outros trabalhos, no que diz respeito ao papel do jornalista na sociedade, à questão da objetividade no trabalho jornalístico e ainda no debate sobre o jornalismo como um produto resultante de uma diversidade de dinâmicas sociais e políticas.

REFERÊNCIAS

ACERVO DIGITAL DO JORNAL O GLOBO. Disponível em:

<<https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=202020200928>>.

Acesso em: jun. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Traduzido por Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, A. T.; Sousa, J. P. Antecedentes do jornalismo ambiental no Brasil e em Portugal: abordagens preliminares. In: Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste, 10., 2008, São Luís. São Luís: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2008, p. 1-15.

BUENO, W. C. Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 15, p. 33-44. Editora UFPR: jan./jun. 2007.

GIRARDI, I. T.; LOOSE, E. B.; STEIGLEDER, D. G. Novos rumos da cobertura ambiental brasileira: um estudo a partir do *Jornal Nacional*. **Trajatórias Humanas Transcontinentais**, n. 7, maio, 2020.

INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Disponível em:

<https://queimadas.dgi.inpe.br/queimadas/portal-static/estatisticas_paises/> Acesso em: 25 jun. 2022. Base de dados.

SCHMIDT, S. **Páginas verdes – A presença da emoção no jornalismo especializado em meio ambiente**: uma análise da seção de entrevistas pingue-pongue da revista *Ecologia & Desenvolvimento*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

SCHMITZ, Aldo A. **Classificação das fontes de notícia**. Florianópolis, SC: UFSC, 2011.